



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: GOIANESIA DO PARÁ

EDITAL Nº 002/2015

PERÍODO: 13 a 14 DE OUTUBRO de 2015

Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

NO. PROCESSO: 2015.7.003877-5

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 12/11/2015

CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA ÚNICA DA COMARCA DE GOIANESIA DO PARÁ

1.2 COMPETÊNCIA: VARA ÚNICA

1.3 MAGISTRADO (A): THIAGO CENDES ESCORCIO - SUBSTITUTO

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ SUBSTITUTO

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 03.07.2015

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: PRAÇA DA BIBLIA S/N, BAIRRO COLEGIAL.

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio.

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever:

Pátio lateral que funciona como garagem;

Pátio de fundos que funciona como depósito de bens apreendidos;

01 sala e 01 banheiro onde funciona a Defensoria Pública;

01 sala e 01 banheiro onde funciona a OAB

01 salas e 01 banheiro onde funciona o Gabinete de Magistrado;

01 sala onde funciona a Assessoria;

01 sala na entrada onde funciona o Protocolo e Distribuição

01 saia e 01 banheiro onde funciona o Ministério Público Estadual;

01 sala onde funciona a Secretaria Judicial;

01 sala que funciona como arquivo e também como depósito de material de expediente e de bens apreendidos;

02 salas onde ficam bens apreendidos e sala de armas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

01 sala do Oficial de Justiça;

01 sala administrativa;

01 sala de audiência;

01 sala onde funciona a UNAJ

06 banheiros, sendo 02 utilizados pelos jurisdicionados, 02 sendo utilizados pelos servidores e 02 utilizados para Portadores com deficiência;

01 copa;

02 salas de testemunhas com banheiros;

01 sala de reconhecimento;

01 salão do Júri;

01 sala secreta com banheiro;

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

Boas Regulares Ruins

Justificar: O prédio encontra-se em boas condições estruturais, inaugurado recentemente

Apesar de o prédio ter sido construído e entregue há pouco mais de um ano, a Secretaria dispõe de somente uma sala, considerada pequena para o desenvolvimento do trabalho, sobretudo diante do acervo processual de cerca de 3.000 processos.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

Boas Regulares Ruins

Justificar: O serviço é realizado por 02 servidoras cedidas pela prefeitura.

2.6 MOBILIÁRIO:

Bom Regular Ruim

Justificar: Boas condições, porém há necessidade de manutenção preventiva por parte do sistema de Informática (limpeza dos computadores e manutenção geral), com chamado realizado e registrado sob o numero ID-24986. Tal solicitação foi feita no início do ano e até a presente data ninguém compareceu para fazer a manutenção;

2.7 SEGURANÇA:

Boa Regular Ruim

Justificar: A segurança do Fórum é realizada por 03 servidores cedidos pela Prefeitura, que revezam durante a noite e não usam armas. Durante o dia dispõe dos policiais militares que fazem a guarda do Juiz, do Promotor e do prédio sendo que os policiais que fazem a escolta do Juiz e do Promotor só permanecem quando os referidos estão na Comarca, e o do prédio, fica somente até às 14 horas. Dispõe de sistema de segurança eletrônica (alarme).

2.8 ACESSIBILIDADE:

Boa Regular Ruim

Informações constantes do Relatório anexo.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

Boa Regular Ruim

Justificar: Prejudicado, a Comarca de Goianésia não possui residência Oficial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL –PERÍODO DE EXERCÍCIO: THIAGO CENDES ESCORCIO, JUIZ SUBSTITUTO COM DESIGNAÇÃO PARA ATUAR NA COMARCA DESDE O DIA 03.07.2013		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: ARIELSON RIBEIRO LIMA, QUE SUBSTITUIU A JUÍZA ANTERIORMENTE TITULAR DA COMARCA, DRA. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: DESDE SUA DESIGNAÇÃO NÃO HOUE AUSÊNCIA DA COMARCA.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juiz substituto também nas Comarcas de Pacajá e Anapú.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: Não houve.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Não houve.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA	2012	2015
02 CARLOS GUSTAVO CHADA CHAVES		
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE:		
Nome: FLAVIA BRAGA LEITE Cargo: Assessora de Juiz, exclusivamente comissionada. Ato de nomeação: Portaria nº 2886/2014-GP, de 01/09/2014 Ato de lotação: Portaria nº 2886/2014-GP, de 01/09/2014		
4.2 SECRETARIA:		
Nome: SUSANA DOS SANTOS RIBEIRO DE MORAIS Cargo: Auxiliar Judiciário, exercendo a função de Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 0150/2015-GP, de 20/01/2015 Ato de lotação: Portaria nº 1633/2012-GP, de 14/05/2012		
Nome: MARCOS AUGUSTO PACHECO DE ARAÚJO – Matrícula: 121380 Cargo: Analista Judiciário, especialidade Direito. Ato de nomeação: Portaria nº 3194/2013-GP, de 26/08/2013 Ato de lotação: Portaria nº 3194/2013-GP, de 26/08/2013		
Nome: DANIEL ANTÔNIO LIMA DA SILVA – CEDIDO PELA PREFEITURA Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais Ato de nomeação: Cedida (Prefeitura)		
Nome: MARIA DO CARMO COSTA – CEDIDA PELA PREFEITURA Cargo: Assistente administrativo (concursada)		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

Ato de nomeação: Cessão (Prefeitura)

Nome: MARIANA PAULA SIQUEIRA RODRIGUES– CEDIDA PELA PREFEITURA

Cargo: Assistente administrativo (concurada)

Ato de nomeação: Cessão (Prefeitura)

Nome: VERENA KARINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Cargo: Estagiário de Direito

Nome: TAYRIS PEREIRA SILVA

Cargo: Estagiário de Direito

OBS: A estagiária Tayris trabalha na distribuição de mandados e auxilia nos protocolos. Na sexta ela faz juntada de correspondências. E organização das pastas. De segunda a quinta, a Verena auxilia a Mariana no criminal. Sexta feira é o dia de organizar as pastas de documentos e juntar correspondências.

4.3. OUTROS SETORES:

PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO

Nome: ELIANE SOUSA MORAIS – CEDIDA PELA PREFEITURA

Cargo: Auxiliar Administrativo

Ato de nomeação: Cessão (Prefeitura)

Nome: LUCIANA VIEIRA PEREIRA – CEDIDA PELA PREFEITURA

Cargo: Auxiliar Administrativo

Ato de nomeação: Cessão (Prefeitura)

Obs: Atualmente gozando licença maternidade, com retorno previsto para Fevereiro/2016.

SALA DE AUDIÊNCIA

Nome: LINÉRIO SILVA DO ESPIRITO SANTO – CEDIDO PELA PREFEITURA

Cargo: Auxiliar Administrativo

Ato de nomeação: Cessão (Prefeitura)

Secretário de audiência, auxiliando às vezes no gabinete do Magistrado.

UNAJ

Nome: RAMON LISBOA SANTOS

Cargo: Chefe da Unaj, exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: Portaria nº 1379/2015-GP, de 27/03/2015

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Nome: ADRIELSON SOUZA ALMEIDA

Cargo: Auxiliar Judiciário, desenvolvendo as funções de Oficial de Justiça Ad doc

Ato de nomeação: Portaria nº 3255/2013-GP, de 26/08/2013 (nomeação como Auxiliar Judiciário)

Ato de nomeação: Portaria nº 04/2013-GJ (nomeação como Oficial de Justiça)

Nome: EDISON GOMES – CEDIDO PELA PREFEITURA

Cargo: Vigia. Apesar de não haver ato formal, na prática acaba auxiliando o Oficial de Justiça no cumprimento dos mandados.

Ato de nomeação: Cedência (Prefeitura)

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: MAURO GUILHERME MESSIAS, desde



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

08/2015.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular.
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: A Comarca está sem Defensor Público desde agosto/2014. Desde que o Defensor Público então titular foi removido, a Comarca não recebeu nenhum Defensor para atuar nos processos. A advogada BRENÁ FERREGUETE MAGALHÃES, remunerada pela Prefeitura, atua como Defensora dativa do Município.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS: A comarca possui 01 veículo, que é utilizado pelo Oficial de Justiça e pelo Magistrado.
6.1.1 FROTA: 01 automóvel Ford Ranger
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Atualmente o acesso à internet melhorou, mas ainda há muitas quedas de conexão.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 40. Que é considerado suficiente para suprir as necessidades da Comarca.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1goianesia@tjpa.jus.br A Diretora de Secretaria é responsável por verificá-lo, e o faz diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

<p>FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Sempre é feita tramitação, interna e externa, no sistema.</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Nem todos os servidores cedidos pela Prefeitura dispõem de senha, tendo em vista que por não possuírem matrícula, necessitam renovar a cada 06 meses as senhas de acesso. Assim, a Secretaria já solicitou o número de matrícula dos mencionados servidores, mas até o momento, não foi atendida. Importante ressaltar que os servidores cedidos não fazem registro de frequência.</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Atualização do CPC; SIGA-DOC. Observações CJCI: Somente o Magistrado dispõe de TOKEN. Quando há necessidade de realizar alguma solicitação, é feita pelo protocolo geral e convertida posteriormente pelo próprio setor responsável pela solicitação em procedimento do SIGA-DOC.</p>
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Semanalmente. São responsáveis por fazer a assessora do magistrado e todos os servidores da secretaria, que o fazem conforme o cumprimento do dia, por exemplo, dia de cumprir processos da Fazenda. Somente a assessora do magistrado que utiliza a ferramenta do Libra que possibilita a publicação através da resenha do dia. Os demais servidores fazem a resenha e publicação manual.</p>
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2013: 4.867 Sentença: 421 Despacho: 918 Decisão interlocutória: 252 Audiências : -Marcadas: 150 -Realizadas: 1.275 -Remarcadas: 1.546 -Não realizadas: 304 -Total: 3.275 Tribunal do Júri: -Marcados: 00</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

-Realizados: 01
-Remarcados: 00
-Não realizados: 00
-Total: 01

TOTAL GERAL 2014: 5.796

Sentença: 882

Despacho: 2.376

Decisão interlocutória: 511

Audiências :

-Marcadas: 601
-Realizadas: 1.262
-Remarcadas: 129
-Não realizadas: 21
-Total geral: 2.013

Tribunal do Júri:

-Marcados: 04
-Realizados: 10
-Remarcados: 00
-Não realizados: 00
-Total: 14

TOTAL GERAL 2015: 4.653

Sentença: 753

Despacho: 2.138

Decisão interlocutória: 489

Audiências:

-Marcadas: 201
-Realizadas: 981
-Remarcadas: 68
-Não realizadas: 20
-Total geral: 1.270

Tribunal do Júri:

-Marcados: 03
-Realizados: 03
-Remarcados: 00
-Não realizados: 00
-Total: 03

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	409 No libra constam 70
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ -IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	04 No libra constam 04
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	698
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	07 No libra constam 07
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	149
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.650
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	302 No libra constam 70
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	00
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	13
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	35
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	184
EXECUÇÃO PENAL	75
PENAS (EXCLUÍDOS DAS METAS)	365
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	23
SITUAÇÃO DE RISCO	03
TUTELA	26
GUARDA	33
ADOÇÃO	11
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	01
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	101
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	17
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	19
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	
Feitos com Tramitação Externa	223
Contagem Física + Tramitação externa	3.362
ACERVO LIBRA	3.686

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar: Na medida do possível sim, pois atualmente é necessário um curso de reciclagem para a melhor compreensão de alguns procedimentos.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	1.690	421
2014	1.262	882
2015 (até 12/10)	915	753

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

(X) Sim () Não
Justificar: Sim. Observam-se as prioridades, porém nem todos os feitos são identificados ainda com os fitilhos coloridos, tais como processos das metas, criança, adolescentes, idoso, deficientes físicos e violência doméstica, conforme consta do Relatório anexo.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
(2) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
(3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
(5) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
(4) IDOSO;
(2) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
(7) AÇÕES DE ALIMENTOS;
(1) RÉU PRESO;
(6) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
(1) ALVARÁ DE SOLTURA;
(8) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(1) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(9) OUTRO
OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X Observação CJCI: somente até Agosto/2015	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (x) Não
Justificar: Não há PAD em tramitação na Comarca.

10. INDICADORES CÍVEIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Acervo da meta: 566
Alvo: 453
Julgados até 2014: 447
Julgados 2015 (até 30/07/2015): 38
Total de Julgados: 485
Pendentes: 81, dos quais 74 são cíveis
Porcentagem de cumprimento: 85,69%

META CUMPRIDA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Não, os feitos de execução não possuem a mesma rotatividade dos demais processos. Desde o início do ano a secretaria está cumprindo os atos pendentes. Não há impulso oficial.

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):

Acervo da meta: 09
Alvo: 09
Julgados até 2014: 01
Julgados 2015 (até 30/07/2015): 01
Total de Julgados: 02
Pendentes: 07
Porcentagem de cumprimento: 22,22%

META NÃO CUMPRIDA

Necessidade de julgamento para atingir a meta: 07

10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Na secretaria não há inicial. No gabinete a única inicial conclusa não contém pedido liminar formulado nos autos. Na distribuição há 26 iniciais pendentes de autuação e registro, das quais 10 contém pedido liminar formulado nos autos.

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):Não

Acervo da meta: 566
Alvo: 453
Julgados até 2014: 447
Julgados 2015 (até 30/07/2015): 38
Total de Julgados: 485
Pendentes: 81, dos quais 07 são criminais
Porcentagem de cumprimento: 85,69%

META CUMPRIDA

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: A secretaria não mantém o controle dos presos condenados. A partir do momento em que os réus são condenados, a secretaria não monitora esse quantitativo.

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 09



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (X) Não Justificar: Prejudicado, a comarca não sabe precisar a quantidade de réus condenados que estão presos.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Sim, existiam 06 processos incluídos na meta 4/2014-ENASP/CNJ, das quais 05 já foram julgados.
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 2013: 01 2014: 10 2015: 03
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 01 (um)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não Justificar: Atualmente não há nenhum adolescente internado provisoriamente.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: A secretaria não mantém controle da quantidade de adolescente cumprindo outro tipo de medida socioeducativa.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: Apesar de existir CREAS, este não está fiscalizando o cumprimento e muitos processos estão paralisados aguardando impulso oficial. No mais, em alguns destes casos, pelo que a secretaria recorda, foi oficiado à escola informando a necessidade de comparecimento do adolescente e a posterior informação ao CREAS, sem saber precisar a situação dos adolescentes que cumprem tais medidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

RECOMENDAÇÃO CJCI: Este tipo de medida deve ser cumprido pelo CREAS. O adolescente tem que ser encaminhado através de ofício ao CREAS, no qual o magistrado que vai informar as condições estabelecidas. A responsabilidade pelo cumprimento e dos órgãos municipais, os quais realizam o relatório periódico e remetem ao Juízo para análise. As medidas são reavaliadas a cada 06 meses e se o juiz entender necessário, a partir da análise do relatório, pode estender o prazo de cumprimento por mais 06 meses.

12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não.

12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Existem o CREAS e o Conselho Tutelar do município.

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL

13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?

() Sim (X) Não

Justificar: Quando o condenado está solto, geralmente o Fórum da Comarca onde o preso foi custodiado, informa à Comarca de Goianésia o local de onde está custodiado.

A polícia não informa o cumprimento dos mandados de prisão, assim, a secretaria envia e-mail para a SUSIPE (nap@webmail.susipe.pa.gov.br), solicitando informações sobre a localização do apenado, para assim expedir a guia de recolhimento ao local onde ele vá cumprir a medida.

13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

(X) Sim () Não

Justificar: Como a única execução realizada pela Comarca é a de medidas alternativas, não é expedido tal atestado de pena a cumprir, pois a secretaria nunca foi orientada a emitir tal atestado. Sempre o Juízo realiza audiência na qual é estabelecido os termos e condições do cumprimento da medida. Toda vez que se recebe preso de outra Comarca, em progressão de regime, já vem com o atestado devidamente expedido. Nesses casos, também é realizada audiência.

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

() Sim (X) Não

Justificar:

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

() Sim (X) Não

Justificar: São poucos os condenados cumprindo este tipo de medida. O controle mantido pela secretaria e a frequência dos apenados. É mantido um livro de frequência dos condenados. Na capa do livro há um índice com o nome da parte, número do processo e a data que começou a assinar. A secretaria periodicamente verifica o cumprimento da frequência, e certifica o cumprimento do período determinado, anexando aos autos todas as assinaturas recolhidas. Remetendo o processo posteriormente para apreciação do Magistrado e posterior baixa. A secretaria disponibiliza ainda para os apenados, o livro para que os mesmos acompanhem o cumprimento da medida. Tal material está em falta, inclusive.

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não. Há somente Delegacia de Polícia Civil, mas não os presos não são mantidos encarcerados por muito tempo na DEPOL, tendo em vista que na mesma semana em que é detido em flagrante, o Juízo homologa a prisão, com o respectivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

encaminhamento do preso a estabelecimento prisional adequado. O Juízo prioriza a audiência de instrução e julgamento, permanecendo o preso na Comarca até a data da realização da mesma, salvo nos casos de presos com alta periculosidade.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 101
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 17
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Cíveis: 28 Criminais: 35 Observações CJCI: Tal contingente não é preciso, tendo em vista que foi obtivo através da contagem física dos processos que permanecem acondicionados em local próprio e muito dos autos com cartas precatórias expedidas que não obtiveram resposta, foram encaminhados ao Juiz e segue em trâmite. A secretaria chegou a manter um livro com todas as cartas precatórias expedidas e a data do retorno, mas por problemas no protocolo, não conseguiu mantê-lo.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Os processos que aguardam devolução de carta precatória permanecem acondicionados em local próprio, de forma que a secretaria cobra por telefone, por e-mail e malote digital o cumprimento. Quando passado muito tempo sem obter resposta, é dado seguimento ao processo.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 01, que está na distribuição pendente de autuação e registro.
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: a Secretaria não mantém este controle.
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 156, sendo que alguns já retornaram, mas a secretaria não teve como proceder a baixa.
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 26 iniciais cíveis (10 com pedido liminar) 01 Inquérito
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Somente as 26 iniciais que estão na distribuição pendente de registro e autuação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 01, concluso em gabinete, e 26 iniciais que estão na distribuição, pendentes de registro e autuação.		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 245, sendo que 49 são de autos de processos que estão arquivados. Observações CJCI: a juntada é feita no protocolo. A secretaria está com dificuldade nas petições remetidas pelo protocolo integrado, tendo em vista a ausência de notificação à secretaria, que não tem como verificar cada processo se houve o protocolo.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: Somente as 245 petições pendentes de juntada.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 43 (quarenta e três), que estão conclusas e pendentes de apreciação.		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: Cível: Não há como precisar os que estão há mais ou menos de 100 dias porque a secretaria não mantém este controle, mas tão somente, o total de processos que aguardam cumprimento de ato judicial. Criminal: 26		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: Cível: Não há como precisar os que estão há mais ou menos de 100 dias porque a secretaria não mantém este controle, mas tão somente, o total de processos que aguardam cumprimento de ato judicial. Criminal: 15		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 43 (quarenta e três)		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 06 (seis)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 146 (cento e quarenta e seis)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: Observações CJCI: Muitos destes mandados em aberto ao Oficial de Justiça já foram devolvidos, mas em a devida baixa no sistema.		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ANA PAULA ROSA VARGENS	03	26/06/2013
ELIEZEL DE SOUZA FONSECA	36	14/01/2013
JOSENILDO VAZ PEREIRA	37	13/02/2013
ADRIELSON SOUZA ALMEIDA	119	27/08/2014
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: O Oficial de Justiça é bastante diligente e dificilmente é necessário realizar a cobrança, que é feita verbalmente. No mais, os processos que aguardam devolução de mandado permanecem acondicionados separados nos armários.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	165	16/04/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	45	08/05/2014
17.7.3 ADVOGADO	13	06/11/2014
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle mantido pela secretaria é feito através da impressão do relatório de tramitação externa extraído do sistema libra, no qual o recebimento é assinado e datado. A cobrança é feita esporadicamente através de ofício e intimação no DJE conforme a cobrança das partes.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (x) Não Justificar: O perfil da Diretora de Secretaria não permitia acesso ao cadastro no libra, e recentemente, foi liberado o acesso, porém ainda não foi realizado, em razão da carência de servidores e acúmulo de serviço. Observações CJCI: Conforme certidão emitida pela Seção de Registro das Atividades Judiciais, o sistema do CNJ de bens apreendidos está sendo alimentado.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? (x) Sim () Não Justificar: o Fórum dispõe de sala própria de armas e de demais bens apreendidos, cuja estrutura é adequada para o armazenamento. Há apenas uma situação de quantia de valores apreendida, sendo que a secretaria não estava orientada a abrir a subconta vinculado ao processo. Orientação: abrir subconta para depósito do valor.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Relação em anexo, porém, não contém todos os bens apreendidos porque nem todos estão cadastrados no sistema.		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: Há cerca de 10 armas pendentes de recolhimento. A Secretaria não realiza a solicitação em razão de uma vez ao ano a Comissão passar para recolher. Foi feito contato telefônico questionando acerca do retorno este ano, tendo obtido resposta negativa.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
GOIANÉSIA DO PARÁ

PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? (x) Sim () Não Justificar:
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Em razão da burocracia para as entidades se cadastrarem para receber, daí porque estão sem movimentação.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Ramon Lisboa Santos.
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Não foram apresentadas considerações.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Não foram apresentadas considerações.

Goianésia do Pará, 14/10/2015.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

1. DISTRIBUIÇÃO
1.1 FUNCIONA COM O PROTOCOLO? (x) Sim () Não Justifique: mas cada servidor é responsável por um setor.
1.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: de 08:00 às 14:00. Quando há protocolo de plantão, a delegacia ou os advogados da cidade ligam solicitando, e o servidor se desloca até o Fórum.
1.3 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Eliane, cedida pela prefeitura.
1.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1goianésia@tjpa.jus.br e o malote digital, fiscalizados pela servidora responsável pela distribuição.
1.5 DE QUE FORMA É CADASTRADA A ESPÉCIE DE AÇÃO DISTRIBUÍDA? Sempre é especificada a classe de ação processual de forma mais detalhada possível, conforme o Libra fornece.
1.6 QUAL A FREQUENCIA DE REMESSA ÀS SECRETARIAS JUDICIAIS? DE QUE FORMA É REALIZADA ESTA REMESSA? Diariamente. O relatório de tramitação externa é emitido à secretaria junto com a inicial e utilizado como comprovante de entrega às Secretarias Judiciais.
1.7 COMO A DISTRIBUIÇÃO PROCEDE SE ALGUM FEITO FOR CADASTRADO DE FORMA EQUIVOCADA NO SISTEMA? É realizada a alteração do processo.
1.8 EXISTEM INICIAIS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO? Verificar no relatório
2. CONSIDERAÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO:
A maior dificuldade é com relação a falha de internet e conseqüentemente do sistema.
3. PROTOCOLO
3.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: das 08 às 14:00
3.2 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Eliane
3.3 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): Mesmo e-mail da distribuição.
3.4 OBEDECE O PRAZO DE 24HRS PARA REMESSA ÀS SECRETARIAS? (x) Sim (x) Não Justifique: em decorrência do acúmulo de serviço e carência de servidores, sobretudo porque o protocolo é o responsável por fazer a juntada das petições.
3.5 HÁ PETIÇÃO PENDENTE DE PROTOCOLO OU DE REMESSA? QUANTAS? (x) Sim () Não Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO FÓRUM DA COMARCA DE GOIANÉSIA
DO PARÁ

3.6 COMO SE PROCEDE NOS CASOS URGENTES? São imediatamente juntadas.

3.7 UTILIZA O PROTOCOLO INTEGRADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Não tem como saber como há o protocolo integrado em razão da ausência de notificação, somente quando o advogado informa que foi realizado.

4. CONSIDERAÇÕES DO PROTOCOLO:

A maior dificuldade enfrentada pelo protocolo é a juntada das petições, pois não sabe onde os processos estão e conseqüentemente demanda mais tempo para fazê-los. Assim como a carência de servidores.